

A representação social da violência doméstica contra crianças e adolescentes¹

Marciclene de Freitas Ribeiro Junqueira

Pedro Humberto Faria Campos

pedrohumbertosbp@terra.com.br - Estácio de Sá

Resumo

O presente trabalho pretendeu conhecer o conteúdo das representações sociais da violência doméstica em familiares de adolescentes goianienses, alunos de uma escola pública e em familiares de adolescentes sob proteção especial do Conselho Tutelar, em razão de serem vítimas de violência doméstica. Dois grupos de familiares participaram da pesquisa: um constituído por 21 familiares de adolescentes matriculados em uma escola pública e o outro composto por 17 familiares que recebem acompanhamento do Conselho Tutelar. Os resultados indicam que membros do Grupo 1 vêem a violência como algo inerente à sociedade ou como um fenômeno da adolescência e apresentam uma representação positiva da escola. Já no grupo 2, a violência aparece como um fenômeno quase exclusivamente associado à delinquência, ao tráfico de drogas e a escola é vista como invasora do espaço de educação próprio à família. Associam ainda a violência ao fenômeno da adolescência e à falta de religião.

Palavras-chave: Representações sociais. Violência. Infância.

The social representation of domestic´s violence against children and adolescents

Abstract

The present thesis had the goal to understand the social representations of domestic violence in teenagers´s familys from Goiania, students in a public school, as well as teenagers´s familys under the special protection of *Conselho Tutelar* (government institution that intends to protect children´s rights), who have been victims of domestic violence. Two groups of familys members were participants in this research: the first, with 21 family members enrolled in a public school, and a second one, with 17 family members that were being helped by *Conselho Tutelar*. The findings indicate that the members of Group 1 see violence as inherent to society, or a phenomenon that is typical of adolescence and they have a positive attitude towards school. In Group 2, violence seems like a phenomenon that is entirely connected to delinquency and to traffic, while school is seen as an intruder of the role of education that belongs to the family. They still see violence associated to adolescence and to the lack of religious participation in their lives.

Key words: Social representations. Violence. Children.

¹ A pesquisa aqui apresentada contou com o apoio financeiro da CAPES, através de bolsa de mestrado do primeiro autor, orientado pelo segundo

Introdução

O objetivo principal deste estudo foi de conhecer as representações sociais de violência doméstica em famílias de adolescentes de uma escola pública da região norte da Cidade de Goiânia e em famílias que foram denunciadas por violência doméstica no Conselho Tutelar da Região Norte da Cidade de Goiânia. Esta pesquisa pretendeu contribuir para a construção do conhecimento acerca do fenômeno da violência, que, na maior parte dos estudos, se constitui apenas de dados numéricos empregados na avaliação de situação de risco.

Algumas pesquisas relacionadas à violência nas sociedades associam a violência à pobreza. Para Velho (1996) a consideração apenas da pobreza de forma segregada, não é suficientemente forte para justificar a deterioração dos referenciais éticos que mantêm as interações entre pessoas e grupos. A evidência da pobreza torna-se maior nos grandes centros urbanos, em virtude da aceleração das injustiças sociais ocasionadas pela grande diferença dos modos de relações sociais. A violência é associada a uma idéia de poder. A própria noção de "outro", o reconhecimento da diferença é a base da vida em sociedade, uma vez que esta se comprova mediante as dinâmicas sociais.

A violência como fenômeno social

Pode-se dizer que, na atualidade, o mundo assiste a uma escalada da violência. A designação de um comportamento como violento reporta-se às normas, uma vez que a violência é entendida a partir de normas estabelecidas. Da mesma maneira que existe uma diversidade de normas, regras e leis, existe também uma diversidade de violência. Algumas pesquisas destacam transformações quanto ao enfoque da violência. Dentre estas, Campos (2000, p.39) menciona que na sociedade evidencia-se uma mudança cultural em relação a esse tema. Para ele existe uma tendência à banalização da violência, evidenciada por uma disposição cultural a considerar os fenômenos de violência explícita e os "atos agressivos" como sendo não somente frequentes, mas como "comuns", "naturais", "corriqueiros", enfim "banais".

Nos seus estudos sobre a banalização, Dejours (2001) afirma que antes do problema da banalização do mal, devemos considerar o da banalização, isto é, o processo graças ao qual processo um comportamento excepcional, habitualmente reprimido pela ação

e o comportamento da maioria, pode erigir-se em norma de conduta ou mesmo em valor. As pesquisas de Lucinda, Nascimento e Candau (1999) ressaltam que a naturalização de comportamentos violentos pela cultura de massa reforça a banalização da violência.

Estudos realizados pela Unesco, em parceria com o Instituto Airton Senna, no período entre 1979 a 1996, ao investigar a violência, levantaram alguns dados: ao analisar as mortes por acidentes de transportes, mortes por homicídio e outras formas de violência e suicídios, revelaram que mais de 24 mil jovens, entre 15 a 24 anos, morreram no Brasil em 1996. Das mortes ocorridas, 62,4% foram causadas por homicídios, 31,4% por acidentes de transporte e 6,2% por suicídio (WERTHEIM, 2000).

Um dado significativo do estudo realizado pela UNESCO - Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura, 1988-1998, refere-se à posição que o Brasil ocupa no *ranking* de assassinatos (5º lugar numa lista de 38 países). O mapa apresentado mostra que a violência no país concentra-se nas capitais e incide entre jovens com idade entre 15 a 24 anos.

Violência doméstica

A violência no presente estudo foi entendida como um conjunto de atitudes invisíveis ou evidentes que permeiam as relações entre as pessoas, estabelecendo formas de convivência e aprendizado.

Segundo Adorno e Horkheimer (1978) a própria humanidade não possui um grau de autonomia. Os autores salientam que a família precisa exercer a sua função protetora e mantenedora de padrões institucionais, uma vez que os indivíduos estão à mercê de uma sociedade que provoca a pressão social.

O primeiro estudo referente à violência física de pais contra filhos é datado de 1860 e foi publicado na França pelo médico e professor Ambroise Tardieu. O trabalho foi intitulado “*Études médico-légales sur les services et mauvais traitements exercés sur des enfants*” e apresentou 32 casos de crianças submetidas à violência.

O conceito de violência foi sendo ampliado e em 1962 surgiram os estudos de Kempe e Silverman nos Estados Unidos, que abordaram as crianças espancadas. Segundo o Ministério da Saúde (1997) a violência doméstica é uma violência interpessoal e subjetiva, é um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis, é uma forma de violação dos direitos essenciais dos adolescentes e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais: como a vida, a liberdade e a segurança.

Segundo Azevedo e Guerra (1993) a família é o lugar onde se forma a estrutura psíquica, uma vez que constitui um espaço social distinto, uma vez que gera e consubstancia hierarquias de idade e de sexo, é onde as gerações se confrontam entre si e definem as diferenças e relações de poder.

A violência doméstica reflete um fenômeno da violência em geral, ou seja, um fenômeno das comunidades que são violentas. Segundo Guerra (1985), a violência doméstica é reconhecida como sendo a utilização da força física contra a criança e adolescente, de forma não acidental e sim intencional, repercutindo em diversos tipos de ferimentos e é realizada por pai ou padrasto, mãe ou madrasta.

O abuso quando realizado no contexto doméstico toma múltiplas formas, como o abuso físico, emocional, sexual, verbal, isolamento social e destruição de animais domésticos.

Segundo o Ministério da Saúde, as agressões constituem a principal causa de morte de jovens entre 05 e 19 anos. A maior parte dessas agressões provém do ambiente doméstico. O UNICEF (*United Nations Children's Fund*) estima que, diariamente, 18 mil crianças e adolescentes sejam espancados no Brasil. Os acidentes e as violências domésticas provocam 64,4% das mortes de crianças e adolescentes no País, segundo dados de 1997.

As vítimas da violência são provenientes de todos os setores da vida, de todas as classes sociais, de todas as idades e de qualquer religião. Trazem consigo sentimentos de impotência, isolamento, culpa, temor e vingança. Há no pensamento das vítimas, o medo de que a violência ocorra novamente. A violência tem sido estudada por vários pesquisadores.

Consideraremos nesse estudo a violência contra crianças e adolescentes como a referenciada por Rodrigues e Carvalho (1998) que cita que essa forma de violência é expressa sob diferentes facetas, englobando a não satisfação de necessidades essenciais, a que eles intitulam de violência social; a não implantação prática das disposições legais que asseguram os direitos fundamentais a que eles intitulam de violência legal; a violência psicológica; a violência sexual; a violência física e a negligência. Esse tipo de violência é identificada em todas as classes, grupos ou segmentos sociais.

Nos estudos anteriores sobre violência, maus tratos eram definidos como agressão eminentemente física. Segundo Campos (2000) os aspectos emocionais e sociais passaram a ser considerados como manifestações de violência. Em estudos posteriores, Almeida, Campos e Ribeiro (2001, p. 565) trazem à tona a análise de outros aspectos

ligados aos maus tratos: os maus tratos emocionais e os maus tratos sociais. Segundo esses autores, os maus tratos emocionais acarretam prejuízos de ordem psicológica e são ainda prejudiciais, assim como os maus tratos físicos. “Os maus tratos podem ser caracterizados por... comportamentos passivos e ou de omissão, que... podem influenciar no desenvolvimento da criança”.

Considera-se que o mau trato social é caracterizado por atitudes passivas ou omissão, que podem interferir no desenvolvimento da criança e adolescente (IMACH, 1999).

Entende-se que a negligência pode ser conceituada por dificuldades vividas pela criança, vinculada às condutas, atitudes dos pais ou adultos responsáveis, que possam ameaçar o desenvolvimento destas mesmas crianças. A negligência pode ser física ou afetiva. No presente estudo entende-se por abandono a ausência temporária dos pais, expondo o adolescente à situação de risco, e por abandono total, o afastamento do grupo familiar, ficando os adolescentes expostos a várias formas de perigo. Considera-se a omissão como o ato de não conhecer, não se inteirar, não participar do processo de demanda das necessidades internas, de conteúdos inerentes à vida afetiva do adolescente.

Pode-se destacar, ainda, outra forma de abuso que é a utilização da mão-de-obra infantil, ou seja, a utilização da força de trabalho infantil como trabalho produtivo, no lugar da educação para o trabalho. Segundo Faleiros (1987) trata-se de um tipo de superexploração do trabalhador, uma vez que estes ainda não estão em condições de reagir, organizar-se e reivindicar seus direitos.

Outra forma de violência, citada por Azevedo e Guerra (1993) é a denominada de infância fracassada, em que é incluída a clientela vítima de exclusão escolar, ocasionada pela dificuldade do acesso à escola, pela repetência escolar, ou mesmo pela evasão escolar. Destacam também a infância vitimizada, caracterizada como o universo de crianças vítimas da violência praticada no ambiente doméstico. Enquadram-se aqui a negligência, o abuso sexual, os maus tratos físicos e a violência psicológica.

Para Saffioti (1988) a negligência no cuidado de crianças, assim como os maus tratos a elas infligidos e a exploração sexual que a elas é imposta, consagram-se como fenômenos marcantes, que os adultos tentam camuflar. Para Lizo (1986) a criança torna-se alvo de agressividade dos adultos (que dela cuidam) por ser um alvo frágil, que, segundo ele, não tem agilidade física para revidar a agressão recebida por parte dos adultos. Para esse autor, a negligência é caracterizada pela falta de interesse ou de cuidado dos responsáveis pelos filhos.

Na compreensão dos fenômenos da violência, Saffioti (1988) ressalta que se deve atentar para a síndrome do pequeno poder, onde o agressor detém pequenas parcelas de poder sem deixar de aspirar ao grande poder. Tal síndrome pode ocorrer entre crianças de diferentes idades, servindo para determinar a delimitação de território, assim como a detenção do micro poder. Pode-se estender também à discriminação de raça, cor e classe social e perpetuar num círculo vicioso, em que assim como na macro sociedade, a violência gera violência.

As notícias sobre a violência contra crianças e adolescentes têm origem no Brasil colônia e vêm sendo perdurada na República Velha e na atual República. Azevedo e Guerra (1993), abordando a questão da violência contra crianças e adolescentes, sustentam que desde os fins do século XIX e o início do século XX, em virtude da constituição decorrente da Proclamação da República, abolição dos escravos e o crescimento acelerado das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, a infância pobre foi considerada a categoria mais ampla de todas as que compõem a infância em dificuldade. Nos meados de 1908 já existiam crianças e adolescentes considerados carentes. As autoras afirmam que o caso de Mary Ellen (Estados Unidos) pôs em evidência a necessidade de se estudar a violência doméstica. Tal fato repercutiu na criação das Sociedades de Prevenção da Crueldade contra as Crianças (SPCCs) que tiveram a proliferação acentuada, especialmente nos Estados Unidos.

Através dos trabalhos de Kempe e Silverman (1962) citados por Azevedo e Guerra (1993) o enfoque da violência a partir dos anos 60 (sessenta), foi tendo um redirecionamento. Tal estudo foi denominado: “Síndrome da Criança Espancada”, uma vez que o referencial e acompanhamento verificava-se mediante o diagnóstico diferencial através de radiografias dos ferimentos ocasionados por fraturas.

Labrin (1998) retrata outros aspectos com referência à violência. Mediante trabalhos de acompanhamento aos familiares de pessoas vítimas de violência, evidenciou como causa da intensidade do sofrimento demonstrado pelas pessoas, as experiências traumáticas de perseguição, cárcere, tortura e exílio; as situações em que se verificou violência mais nítida foram aquelas em que ocorreram maior violação e tortura, inclusive a sexual, na infância das vítimas.

A partir de 1980, no tocante à área da infância e adolescência, iniciam-se discussões sobre as práticas sociais que visam ao aparato legal e social dessa clientela. As intervenções decorreram dos questionamentos realizados acerca da aplicação do “Código de Menores”, que regulamentava a lei para crianças e adolescentes, repercutindo na criação do artigo 227. Surgem, a partir de então, alguns projetos e leis.

A Lei nº 8.096/90 de 13/07/90, o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), pelo qual o direito das crianças e adolescentes, foi corporificado legalmente. Atualmente, os jovens e crianças que estiverem vagando pelas ruas só poderão ser recolhidos (detidos), caso estejam envolvidos em ato infracional grave ou estiverem em situação de flagrante, ou em caso de mandato judicial (art 5º, LXI da Constituição Federal).

A família, a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, passou a ser considerada como fonte principal de conquista, manutenção e concretização dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, cujas novidades são apenas as leis. Mesmo com tal exigência de educação familiar, atuante e próxima da criança e do adolescente, evidenciou-se por parte de uma parcela dos familiares, cotidianamente, um comportamento de omissão.

Segundo Campos (2000) a partir dos anos 90, três facetas vão constituir as linhas fundamentais de estudo sobre a violência: os maus tratos, a exploração sexual infantil e o extermínio. Almeida, Campos & Ribeiro (2000) ressaltam que a partir de então, nos estudos sobre a criança e adolescente, a violência começou a ser incorporada na análise das ocasiões em que a proteção total dessa clientela não estava ocorrendo, como também nas ocasiões em que se presenciasse o ato agressivo.

Representação Social da Violência Doméstica, um Estudo Empírico

O primeiro grupo foi constituído de 10 famílias de adolescentes, alunos da 4ª série de Escola Pública. Foram entrevistados 21 sujeitos, sendo 5 do sexo masculino e 16 do sexo feminino com idades variando entre 14 e 56 anos, na época da coleta. Quanto ao grau de parentesco, tem-se: 10 pais, 5 irmãos, 4 avós e 2 tios. Com relação à escolaridade: 5 são analfabetos, 12 cursaram até a 4ª série do ensino fundamental; 3 cursaram da 5ª a 8ª série do ensino médio e 1 dos sujeitos cursou até o primeiro ano do 2º grau.

Por outro lado, o segundo grupo foi composto de 10 famílias de adolescentes, acompanhados pelo Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de Goiânia, em virtude de denúncias por violência doméstica. Foram entrevistados 17 sujeitos, sendo 6 do sexo masculino e 11 do sexo feminino, com idade variando entre 15 e 62 anos. Quanto ao grau de parentesco, tem-se: 6 pais, 3 irmãos, 5 avós e 3 tios. No tocante à escolaridade: 5 são analfabetos, 9 cursaram até a 4ª série do ensino fundamental; 2 cursaram da 5ª a 8ª série do ensino médio e 1 dos sujeitos cursou até a terceira série do 2º grau.

A pesquisa foi desenvolvida em dois bairros da periferia, da Cidade de Goiânia, na região atendida pelo Conselho Tutelar da Região Norte da cidade de Goiânia. A primeira etapa da pesquisa foi realizada com familiares de alunos da 4ª série do ensino fundamental de uma escola pública e os alunos foram selecionados por estarem na quarta série, e pertencerem à faixa etária de 10 a 16 anos, população alvo dessa pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada com famílias de adolescentes, frequentando a mesma escola da etapa anterior, acompanhados pelo Conselho Tutelar da Região Norte de Goiânia. A escolha dessa população ocorreu em virtude das denúncias de violência doméstica nessa região serem bastante significativas em comparação com as de outros conselhos, e por ser esse Conselho, o responsável pelo acompanhamento às famílias do bairros atendidos pela escola local de realização da primeira etapa do presente estudo. A pesquisa foi realizada com a autorização do Juizado da Infância e Juventude e todos participantes foram voluntários, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No segundo grupo, o termo foi apresentado após período de visitas domiciliares para contato e esclarecimentos quanto à pesquisa.

Instrumento

O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada, com os seguintes eixos temáticos: a família; a educação de filhos adolescentes; o papel dos pais na educação; a violência na família se existe violência na família; as diversas formas de corrigir os filhos; os relacionamentos no meio do grupo familiar; a escola; a violência na escola; a violência na sociedade; a vizinhança; os equipamentos sociais (serviço público, serviço de saúde, serviço policial, creches, escolas), etc.

As entrevistas realizaram-se entre os meses de dezembro de 2001 a janeiro de 2002, no tempo médio de 60 minutos. As entrevistas foram realizadas nas casas das famílias, em ambas as etapas da pesquisa, o procedimento de coleta de dados foi semelhante.

Análise dos dados

Para o procedimento de análise dos dados coletados pela entrevista, utilizou-se o *software* de análise lexográfica de dados textuais denominado *ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte)*. Neste modo de análise, as entrevistas são gravadas, transcritas e tomadas como um discurso, um texto único para cada sujeito.

No primeiro momento, a análise estatística consiste em uma classificação hierárquica descendente (*CDH*), que consiste em separar as unidades de contexto elementar em várias classes do vocabulário que as compõem, de tal forma que seja obtido o maior valor possível numa prova de χ^2 .

Apresenta também as oposições entre as classes sob a forma de uma árvore (dendograma). Em um segundo momento, realiza-se uma *Análise Fatorial de Correspondência* (*AFC*), a qual possibilita visualizar sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes do *CDH* da classificação hierárquica descendente. Mediante essa análise torna-se possível uma projeção das palavras analisadas em um plano fatorial, que considera também as variáveis suplementares como, por exemplo, grau de parentesco, sexo, escolaridade.

Posterior a essa análise, a qual é realizada com todos os sujeitos, faz-se uma segunda etapa, utilizando-se o software *ALCESTE* e cada grupo de sujeitos é analisado separadamente, com o intuito de identificar as características, as possíveis diferenças e a forma como os sujeitos pertencentes a cada grupo organizam internamente as representações sociais da violência doméstica.

Resultados e discussão

Os resultados obtidos com o auxílio do software *ALCESTE* permitiram uma compreensão dos conteúdos e da organização das representações sociais de violência doméstica, e se apresentam nos seguintes níveis de análise: a) no primeiro nível busca-se explicitar o campo comum das representações sociais desses sujeitos. Nesse nível de análise são abordados os significados partilhados pelos dois grupos pesquisados. Parte-se da hipótese de Doise (1992) que diferentes membros de uma população partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social. Para isso utilizou-se uma análise denominada classificação hierárquica descendente, que permite o acesso ao conteúdo das representações sociais dos sujeitos. A apresentação dos resultados desse primeiro nível foi realizada através da análise do conteúdo da representação social, com o auxílio do software *ALCESTE*. Essa visualização permite identificar a existência ou não de diferenças entre os grupos e a posição que cada grupo apresenta diante da violência.

1º Nível: O campo comum das representações sociais sobre a violência doméstica das famílias de adolescentes da escola pública

A partir da análise de classificação hierárquica descendente, buscou-se dar ênfase ao conteúdo e à estrutura das representações sociais sobre a violência doméstica.

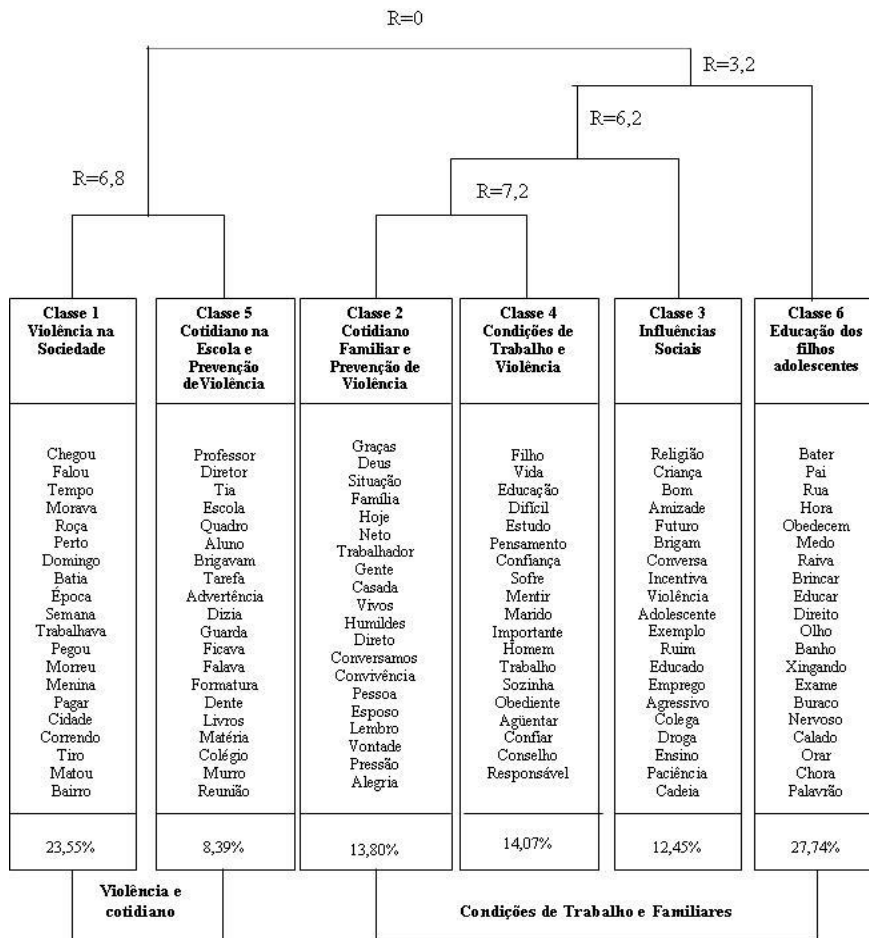


Figura 1. Estrutura do *corpus* de dados dos instrumentos de entrevistas das famílias de adolescentes da Escola Pública sobre a violência doméstica, organizado em seis classes (teste de χ^2 no interior de cada classe e porcentagem de cada classe no interior do corpus $N = 21$).

A partir da análise textual com o auxílio do *software ALCESTE*, das produções dos sujeitos, reconstruiu-se o discurso coletivo, utilizando-se a relação entre as palavras, a frequência com que aparecerem suas associações em classes de palavras (cálculo do X^2). Também se recorreu aos enunciados dos sujeitos para uma melhor compreensão do contexto em que as classes estavam inseridas, para se ter assim, acesso ao contexto semântico, que poderiam indicar as representações sociais.

A análise do *corpus* total obtido a partir das entrevistas, revelou a existência de dois blocos, compostos de seis classes.

A seleção das palavras que compõem as classes foi realizada levando em consideração a frequência e o percentual de distribuição de cada palavra em cada classe, considerando os X^2 encontrados.

Classe 1 – Violência na sociedade:

O discurso dos sujeitos da classe 1 revela que existe violência na sociedade. Acentuam que a ação da polícia é constante, na prevenção e controle da violência, mas que em alguns casos, tem muita dificuldade para conseguir atingir o controle de roubos e assaltos nas cidades.

No que se refere à violência no bairro, os sujeitos relatam que participaram de cenas de mortes de crianças, em virtude de conflitos entre adultos.

Os sujeitos relatam ocasiões de trabalho em que tiveram que trabalhar como se fossem adultos, ocasionando a exploração do trabalho infantil. Mesmo frente a essas dificuldades, os sujeitos consideram tal situação positiva para o processo de amadurecimento..

Classe 5 – Cotidiano da escola e prevenção de violência:

Esta classe retrata, no diálogo dos sujeitos, as relações entre alunos, entre alunos e professores e entre alunos e diretores, apontando a necessidade de compreender a vida dos adolescentes de forma tão abrangente que considere a disciplina e o respeito, bem como o diálogo constante acerca dos problemas surgidos no ambiente escolar.

Os sujeitos dessa classe ressaltam, ainda, em seu discurso, que a escola é importante na educação dos adolescentes, servindo como fator primordial de aprendizagem e educação.

Relatam, ainda, que ocorrem brigas no cotidiano da escola. Evidenciam o hábito de

crianças e adolescentes carregarem objetos pontiagudos e cortantes, chegando a levá-los para o ambiente escolar, fato que requer intervenção constante da direção da escola, no sentido de evitar agressões físicas entre os alunos.

Acentuam, também que o ambiente da escola, assim como as atividades externas programadas (brincadeiras, passeios, diálogos no intervalo das atividades acadêmicas) contribuem positivamente para o rendimento acadêmico dos alunos e sua sociabilidade.

Apontam para a necessidade de adequação dos alunos às normas de disciplina, salientando que o aprendizado de normas é importante para a prevenção de violência. Recomendam que haja notificações mais constantes para os pais, em caso de desobediência.

Os sujeitos valorizam as escolas e se esforçam por procurar saber a qualidade do ensino que é oferecido, antes de matricularem seus filhos. Apontam para a dificuldade de se conseguir vagas na escola escolhida.

Classe 2 – Cotidiano familiar e prevenção de violência:

Os sujeitos dessa classe retratam a convivência familiar e apontam a necessidade de aceitação dos costumes e regras familiares como forma de adaptação. Ressaltam que, mesmo submetidos a castigos e humilhações verbais emanadas dos familiares responsáveis optam por continuarem ligados a eles do ponto de vista emocional e econômico. Evidenciam, ainda, que se faz importante o momento de diálogo entre pais e filhos, uma vez que, neste espaço para o diálogo, torna-se possível a conscientização destes, prevenindo-os de possíveis situações de perigo. Eles também apontam para a importância da continuidade do vínculo entre o casal e entre os pais, como possibilidade de suporte econômico e cultural, bem como para a estabilidade familiar.

Classe 4 – Condições de trabalho e violência:

Os sujeitos dessa classe ressaltam a importância do relacionamento familiar e do trabalho para a vida dos adolescentes e adultos. Essa classe ressalta pelo discurso de seus sujeitos, a importância da família e a convivência harmônica entre os membros familiares, como forma de melhoria das condições para o trabalho. Acentuam, ainda, que o estudo é a ferramenta fundamental para quem almeja conseguir conquistas no campo profissional. Apontam para a satisfação que os responsáveis experimentam ao

ver o rendimento estudantil dos filhos. Focalizam também que o trabalho é significativo para o amadurecimento dos adolescentes. Alguns sujeitos relatam que o trabalho vem associado ao sofrimento. Caso não haja sofrimento, não se consegue atingir as metas.

Classe 3 – Influências sociais:

Os sujeitos dessa classe apontam as influências sociais, exercidas pelas amizades de outros adolescentes, que incentivam à desobediência aos pais, os vícios, roubos e delinquência juvenil. Por outro lado ressaltam que algumas poucas amizades exercem influências positivas.

No tocante ao relacionamento do casal, relatam que é bom, poderia ser de melhor influência para os filhos, se houvesse possibilidades de minimizar os conflitos verbais. Ressaltam que, em ambientes como instituições de ensino, é importante a existência de momentos para meditações, inclusive momentos de atividades religiosas com a participação dos adolescentes, possibilitando maior equilíbrio aos jovens.

Classe 6 – Educação dos filhos adolescentes:

Os sujeitos desta classe põem em relevo a educação dos filhos adolescentes e ressaltam a importância da obediência e da imposição de limites. Apontam a necessidade de atenção constante às alterações psico-corporais que vão surgindo com o avançar da idade.

Afirmam que enfrentam dificuldades na criação dos netos, especialmente quando estes não obedecem às regras familiares. Ressaltam, ainda, que os pais não devem bater nos filhos, apenas educar. Repudiam as situações em que os pais machucam as crianças.

Os sujeitos mostram-se disponíveis às perguntas dos filhos e consideram possível o diálogo entre os familiares. Ressaltam que as conversas devem ser atuais e amplas, abordando todos os assuntos. Salientam os benefícios das brincadeiras, como forma de integração com os filhos.

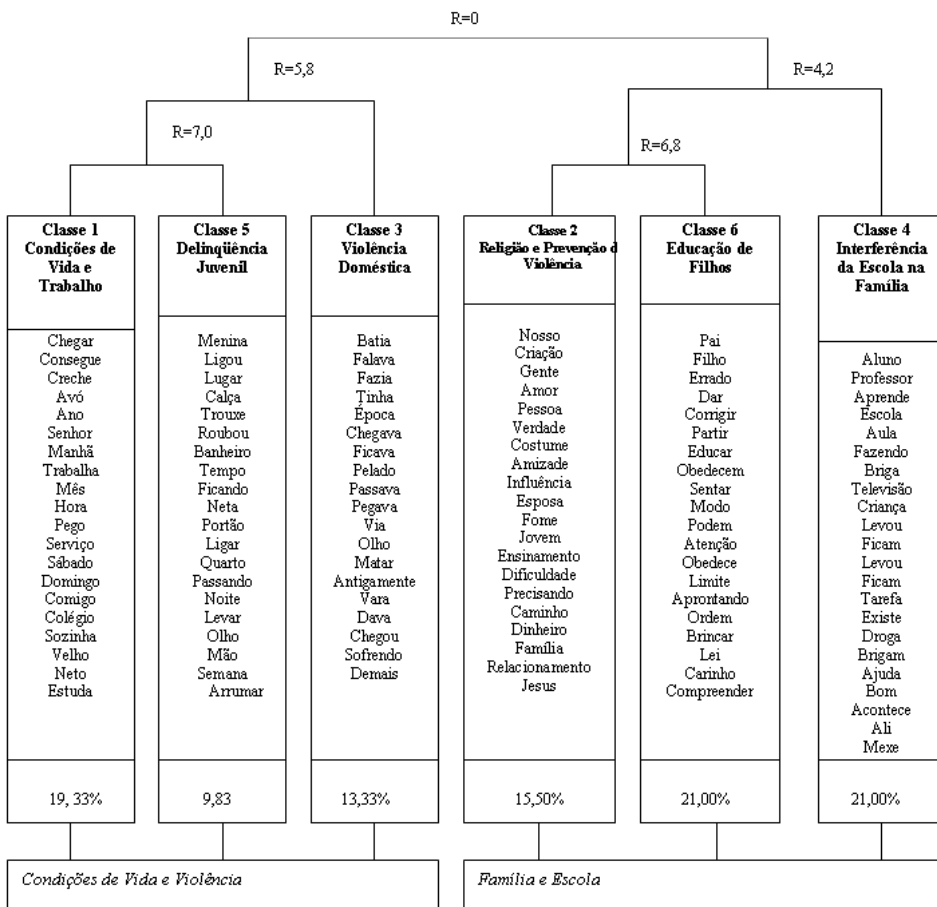


Figura 2. Estrutura do *corpus* de dados dos instrumentos de entrevistas das famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar sobre a violência doméstica, organizado em seis classes (teste de χ^2 no interior de cada classe e porcentagem de cada classe no interior do *corpus* N=17).

1º Nível: O campo comum das representações sociais sobre a violência doméstica das famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar da região norte da cidade de Goiânia

Classe 1 - Condições de vida e trabalho:

Esta classe apresenta um discurso diretamente ligado à interferência das situações de trabalho na vida das famílias. Os sujeitos ressaltam que os adolescentes não querem ocupações e responsabilidades: só querem ficar desocupados e sem colaborar nos afazeres domésticos. A preocupação com esse comportamento dos filhos é constante. Destacam a dificuldade de locomoção para chegar ao local de trabalho, tendo que sair da residência muito cedo e cumprir uma longa jornada de trabalho. Em relação ao cuidado das crianças que ficam em casa, ressaltam a ajuda constante dos vizinhos. Ressaltam, igualmente, a importância das creches para o apoio na socialização e educação dos filhos. Há, por parte dos responsáveis pelos adolescentes, uma preocupação com a moradia. A dificuldade em conseguir trabalho fixo leva as pessoas a se mudarem continuamente. Afirmam que a residência atual não é devidamente registrada, pois é resultado de invasão de lotes públicos, e a construção da casa é feita gradualmente, com a ajuda de terceiros e de familiares. Retratam ainda a presença da violência. Ressaltam a dificuldade de cuidar da família, inclusive de crianças órfãs, e de manter o orçamento, com a ausência de familiares assassinados, repercutindo negativamente na saúde física dos familiares da vítima. Relatam também que, na fase escolar, não puderam estudar, pois tinham que colaborar no trabalho dos pais (agricultores).

Classe 5 – Delinquência Juvenil:

Nesta classe os sujeitos ressaltam a situação de violência sexual contra crianças e a situação de homossexualidade feminina. Apontam as situações de roubos de objetos e dinheiro por parte dos adolescentes. Retratam a necessidade de atenção e cuidados diários que devem ser dispensados aos adolescentes, como forma de prevenção da delinquência. O risco de violência física, levando ao óbito, é evidenciado pelos responsáveis pelos adolescentes, que consideram essa possibilidade com alta probabilidade de ocorrência no dia-a-dia dos adolescentes. Os sujeitos dessa classe ressaltam a violência sexual praticada por adolescentes bem como a homossexualidade feminina.

Classe 3 – Violência Doméstica:

Nesta classe os sujeitos retratam a perda dos direitos de cidadania, manifestado através de prisão, mentira, chantagem, agressões físicas a crianças e mulheres, bem como ameaças de morte. Ressaltam a forma como os filhos reagem às normas educativas, não as considerando importantes, reagindo de forma contrária, ou ignorando-as. Retratam o incentivo à educação com violência, por parte de um dos responsáveis. O comportamento de um dos pais de denunciar a desobediência do adolescente serve como estímulo à prática da violência física por parte do agressor. Os sujeitos ressaltam, em alguns momentos, a omissão de um dos responsáveis, o qual prefere sair do local em que está ocorrendo a violência física ou psicológica contra os adolescentes.

Classe 2 – Religião e prevenção de violência:

Os sujeitos descrevem as influências sociais, sobre a vida do adolescente, tais como: amizade, amor e religiosidade, violência, costumes e criação, como mediadores na prevenção de violência. Ressaltam a existência do amor no dia-a-dia do adolescente, apontando que a prática de relações afetivas pode contribuir para melhor adaptação ao meio social e, conseqüentemente, para diminuir a predisposição de práticas de atos de violência. Põem em relevo a destruição da sociedade, provocada pelo comportamento das pessoas que residem no bairro. Ressaltam, também, a existência de violência de adultos contra adolescentes. Alegam que a violência pode ser perpetuada ao longo das gerações. Apontam o sentimento de posse que os adultos demonstram com relação aos adolescentes, o que repercute no atrito entre os grupos de pais e os de adolescentes. Retratam a influência da religiosidade na vida dos adolescentes e ressaltam a forma como a religião interfere na violência do bairro. Destacam a influência das amizades no dia-a-dia dos adolescentes, com relação ao aprendizado dos vícios, à possibilidade de práticas profissionais ilegais e acesso ao ambiente da “rua”. Classe dois ressalta que existe a violência entre os adolescentes e dos policiais contra os adolescentes. Tanto os adultos, parentes e vizinhos, quanto os policiais, praticam a violência.

A necessidade de trabalhos que auxiliem os adolescentes a melhorarem sua auto-estima são evidenciados por essa classe. Ao apontarem a necessidade da integração do adolescente ao meio, citam como alternativa, o lazer, ao mesmo tempo em que o colocam como uma possibilidade de difícil alcance, em virtude das necessidades de

subsistência familiar. A influência exercida pela mídia - em especial a televisionada - é considerada pelos sujeitos dessa classe como fator de interferência significativa na educação dos filhos adolescentes incentivando-os à prática de atos de violência e rebeldia.

Classe 6 – Educação de filhos:

Os sujeitos dessa classe ressaltam a educação dos filhos, reforçando a necessidade de utilização da violência física para a educação de crianças e adolescentes. O castigo é visto como necessário, contribuindo para incentivar a obediência, a atenção e impor limites e ordem. A experiência de brincadeira é apontada como um fator necessário ao desenvolvimento das crianças e contribui para a educação dos filhos. Para eles a educação dos filhos refere-se também à forma adequada de repassar os hábitos de vida social, escolar e familiar. A necessidade de carinho e dedicação é apontada como recurso auxiliar a educação dos filhos, favorecendo o diálogo e o nível de respeito pelos familiares responsáveis. A necessidade de compreender as dificuldades e situações de conflito dos adolescentes é ressaltada pelos responsáveis, que consideram a compreensão como importante e fundamental no dia-a-dia das famílias. É ressaltada a expectativa dos responsáveis no que diz respeito à existência de um órgão público, ou de pessoas que possam proteger os filhos adolescentes pelos responsáveis, o que evidencia a dificuldade que os pais encontram em educá-los. A dificuldade de atuação por parte das instituições de assistência hospitalar e do aparelho policial é explicitada pelos sujeitos dessa classe.

Classe 4 – Interferência da escola na família:

Os discursos dos sujeitos da classe quatro relatam as mudanças que estão ocorrendo na escola, principalmente com relação ao comportamento dos adolescentes, a influência das drogas e o conflito entre grupos de adolescentes. Eles expressam a violência que ocorre principalmente no âmbito escolar, correlacionando-a a ação do professor e à intervenção na escola, para eles a escola favorece a prevenção da violência em alguns casos, e em outros já não resolve, pois depende da vontade dos alunos. Apontam para a influência da mídia televisionada, que incentiva o comportamento de violência na escola, por parte dos adolescentes. Ressaltam a atuação das instituições, pontuando que estas têm trazido auxílio à comunidade e que não tem

tantas falhas. Eles se referem ao cotidiano da escola e retratam a violência no ambiente escolar. Salientam a influência positiva que a escola exerce na prevenção da violência, bem como a influência das drogas e da violência nos grupos de adolescentes.

2º Nível: Diferenciações grupais - posição dos grupos em relação às representações sociais

No grupo 1 (Escola Pública), os resultados parecem indicar que o discurso dos pais está voltado para as condições de trabalho e violência e educação dos filhos adolescentes. No caso dos pais, esse problema é agravado pelas condições de trabalho, que dificultam o acompanhamento dos filhos e também pelas más influências, advindas da sociedade. Os pais vão centrar o problema da violência na própria adolescência, como se fosse um problema de geração.

Os resultados parecem indicar que o discurso masculino se caracteriza por ser mais social, mais público, voltado para as condições de vida e formas de violência no bairro, enquanto o discurso feminino caracteriza-se por ver a violência como inerente à sociedade, presente no cotidiano, da família e ligada aos problemas de convivência.

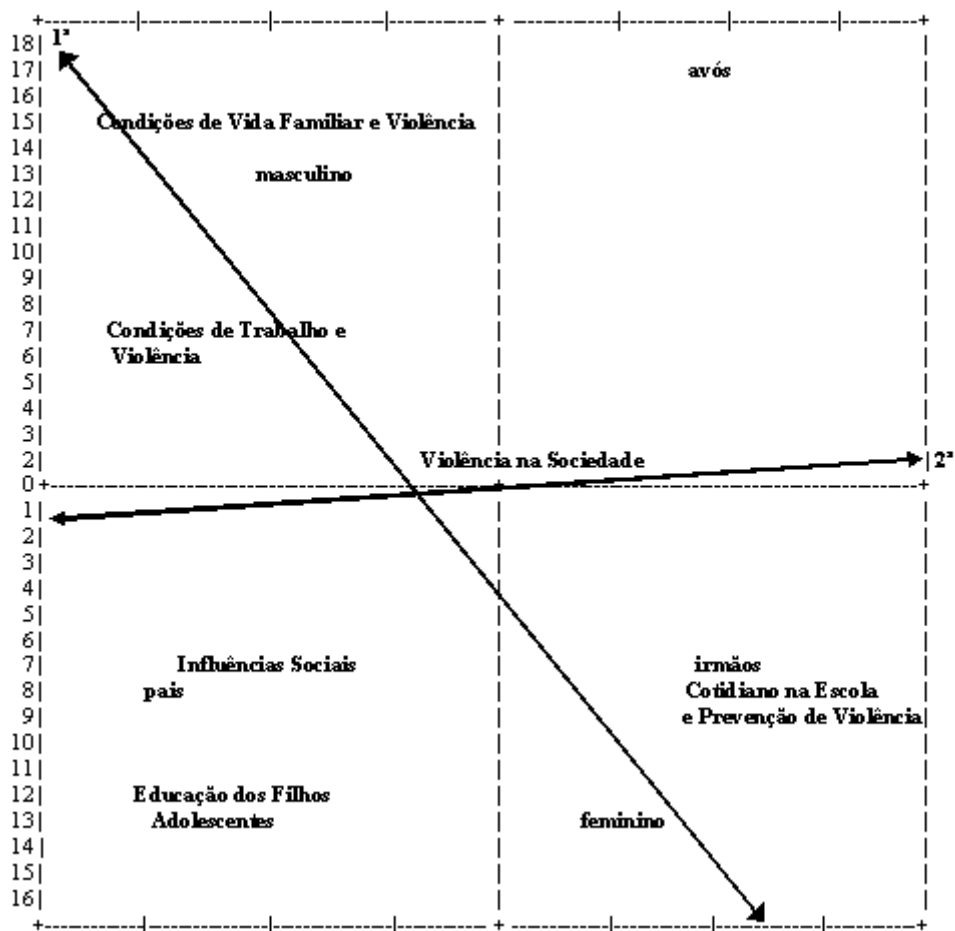
No Grupo 2 (Conselho Tutelar), de um lado agrupam-se as classes Religião e prevenção de Violência, da Educação de filhos e Violência doméstica, associada à variável: masculino. De outro lado agrupam-se as classes da Delinquência juvenil, Condições de vida e trabalho e Interferência da escola na família, associadas à variável: feminino.

Os resultados parecem indicar que o discurso masculino se caracteriza por considerar a violência como natural. Para educar faz-se necessário utilizar a violência. O problema está na falta de religião. Os adolescentes se afastam da religião e entram na violência. A violência é banalizada.

O discurso feminino caracteriza-se por associar a violência às condições de vida precária. A violência está associada às dificuldades de educar os filhos devido à delinquência.

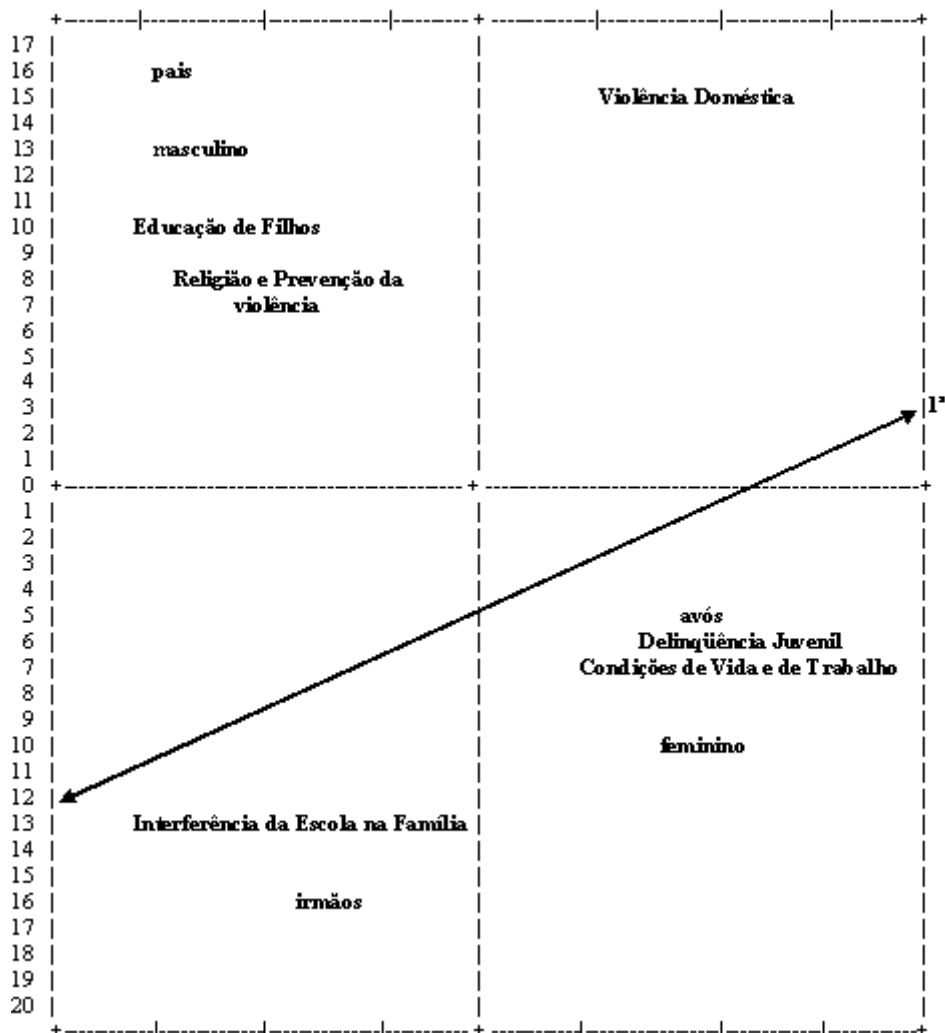
Nos dois grupos, da escola pública e do Conselho Tutelar, a escolaridade é de difícil interpretação. Parece estar superposta, ora à parentalidade, ora ao gênero.

Figura 3. Projeção das palavras analisadas sobre a representação social de violência doméstica elaborada pelas famílias dos adolescentes alunos da escola pública e das variáveis suplementares (grau de parentesco, sexo).



A Figura 3 apresenta a projeção das palavras analisadas e a associação das variáveis sociográficas distribuídas nos diferentes campos que determinam as classes.

Figura 4. Projeção das palavras analisadas sobre a violência doméstica elaborada pelas famílias de adolescentes acompanhados pelo Conselho Tutelar e das variáveis suplementares (grau de parentesco, sexo).



Os sujeitos do grupo 2 – Conselho Tutelar, apresentam duas diferenças em relação ao grupo 1 – da escola pública: os homens, que acreditam ser a religião um modo eficaz de prevenir a violência, acusam o mundo de não ter religião. As mulheres percebem a

delinqüência como causa de violência na adolescência. As famílias desse grupo estão mais em contato com a delinqüência. Parece existir nos dois grupos um efeito de gênero. Os sujeitos femininos percebem a violência de forma diferente. No grupo da escola pública a violência é vista como um fenômeno social e a dificuldade de cuidar dos filhos é uma das causas que incentivam a entrada do adolescente na violência. Já no grupo do Conselho Tutelar, os sujeitos femininos vêem a delinqüência como causa da violência na adolescência.

No tocante à forma como representam a escola, existem algumas diferenças. No grupo da escola pública, a escola aparece como positiva e no grupo do Conselho Tutelar a escola aparece como invasiva, cobrando dos pais uma educação continuada, que considere e acompanhe os interesses e necessidades das crianças e adolescentes.

Considerações finais

Ao se iniciar esse estudo, presumia-se que a violência doméstica fosse um fenômeno banalizado em famílias de adolescentes. Tal suposição surgiu devido ao fato de que as famílias fazem parte de uma cultura em que a violência é considerada como uma maneira legítima de solução de conflitos entre pessoas ou grupos. A violência está enraizada nos costumes, na cultura, no dia-a-dia das pessoas. Os resultados desta pesquisa, realizada junto às famílias dos adolescentes de Goiânia, embora não permitam generalização, por se tratar de uma realidade específica, trouxeram informações de grande utilidade em relação à forma como as famílias concebem a violência. Os resultados permitem afirmar que a violência tem sido banalizada, do mesmo modo como a sociedade tende a naturalizá-la.

A representação dos pais e parentes no tocante à adolescência está vinculada à situação de fragilidade, riscos de morte, constante perigo. O perigo de morte e de uso de drogas e seu tráfico é constante na sociedade. A droga aparece como causa de roubos, danos psicológicos, conflitos familiares, violência física entre adolescentes, violência entre adolescentes e familiares e/ou estranhos provenientes de outros grupos sociais.

Os pais e avós, do grupo 2, defendem o uso da violência doméstica como método educativo. Alegam que as agressões, isolamento, castigos, reprimendas e discussões entre pais e filhos são necessários ao processo educativo.

Os irmãos mais velhos dos adolescentes ressaltam que, caso seja necessário, pode-se recorrer ao uso da violência como auxiliar ao método educativo de crianças. Alguns

deles se utilizam de tapas, surras, agressões verbais para impor a ordem e o respeito perante os irmãos menores.

Para os sujeitos do grupo 1, os professores são vítimas de violência dos alunos, que se manifesta através de agressões verbais e conflitos por poder dentro da sala de aula e nos pátios. A violência do professor contra os alunos é naturalizada: castigos, repreensões, isolamento, praticados pelos professores, são vistos como úteis ao processo educativo.

Já os sujeitos do grupo 2, ressaltam a violência na escola, com a presença de alunos que entram no espaço escolar para comercializar drogas, depredar o prédio e roubar. Os professores são constantemente vítimas de agressão física e verbal e ameaças de morte, praticada por alunos matriculados na escola e grupos que freqüentam a escola com o objetivo de comercializar drogas. A violência do professor contra o aluno, repreensões, castigos, humilhações e isolamento em secretaria e diretoria, são vistos pela maioria dos responsáveis como um método educativo necessário, que contribui para a disciplina e o controle da desobediência dos adolescentes, incentivando-os a estudar e tornar assíduos à escola. O trabalho do professor é visto com restrições. Alguns responsáveis não aprovam a forma como os adolescentes são tratados pelos professores, alegam inclusive que os professores não estão bem preparados para educar.

Os sujeitos do grupo 2 ressaltam que a escola e o professor são as possibilidades que os adolescentes têm de aprimoramento e engrandecimento na vida. Os pais sentem-se responsáveis pela educação dos filhos, mas vêem como importante o papel da escola. Afirmam ter dificuldades para educar os filhos em virtude das más condições de vida. Percebe-se, portanto, que alguns sujeitos propugnam pela continuidade dos estudos dos adolescentes enquanto outros já desistiram de incentivar os filhos a continuarem estudando, embora acreditem que os estudos são uma forma de prevenção de violência. Através disso, podemos afirmar que o grupo 1 ainda mantém a visão da escola como um local de aprendizado e segurança para seus filhos, enquanto que no grupo 2, a visão da escola é associada à um espaço de aprendizagem, mas também de conflito, perigo, risco e dificuldades de manutenção da disciplina, da ordem, do respeito e da camaradagem entre alunos e professores.

Para os sujeitos do grupo 2, a utilização de posturas mais rígidas e o emprego de violência física e verbal, castigos, expulsão, isolamento, interferência policial na escola, maior segurança quanto a portas, portões, cercas e muros, poderão contribuir para o controle e disciplina dos alunos.

Alguns sujeitos acreditam que a interferência do Conselho Tutelar é necessária e auxilia os professores na condução dos trabalhos acadêmicos e oferece informações sobre a vida que o adolescente poderá encontrar fora do ambiente da escola.

No presente estudo, os sujeitos revelam que as mulheres e as crianças são as maiores vítimas de violência doméstica e social, seguidas pelos adolescentes e pelas pessoas idosas, confirmando os dados da pesquisa de Magagnin (1999). Os agressores são, na maioria das vezes os pais e maridos, por disputa de poder, conflitos interpessoais, alcoolismo e ciúme, no caso das filhas e esposas; posse, alcoolismo, imposição do poder e hábito de educar com castigos corporais e verbais, no caso dos adolescentes (violência doméstica).

Os sujeitos, na sua grande maioria, parecem associar diretamente o uso de drogas e o comportamento de violência, confirmando os resultados de Magagnin (1999) e de Oliveira (2002).

Nessa pesquisa, alguns sujeitos reconhecem a violência na escola praticada pelo professor contra os alunos, bem como a violência praticada pelo aluno contra o professor. Para esses sujeitos, a educação escolar pode ser permeada por comportamentos de violência verbal: gritos, humilhações como também por castigos físicos: isolamento corporal, ficar de joelhos, praticados pelo professor contra os adolescentes. Outros sujeitos se manifestam contra a violência do professor contra o adolescente, alegando que ela é prejudicial ao processo educativo, não devendo ocorrer no ambiente escolar. Para estes, os professores necessitam de melhor preparo inclusive para colaborar no processo educativo dos adolescentes.

Os dados revelam que os adolescentes reconhecem a violência entre as práticas cotidianas na escola, e como atos de violência todas as agressões físicas e verbais que acontecem dentro e fora do contexto da escola. A violência do professor contra o aluno expressa através de ameaças e humilhações, é percebida com menos frequência do que a do aluno contra o professor. A violência na escola é ressaltada pelos responsáveis pelos adolescentes, que confirmam a existência da violência entre professores e alunos. No grupo 1 reconhecem na escola a presença de alunos que têm dificuldades de adaptação social, ocasionando conflitos interpessoais e desrespeitando as normas da escola. Já os sujeitos do grupo 2 reconhecem a presença de grupos estranhos na escola que comparecem, ocasionalmente, influenciando os outros alunos à prática de predação do prédio escolar, roubo, tráfico de drogas e violência neste local.

Nesse estudo constatou-se que a violência doméstica está associada ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Os sujeitos alegam que esse tipo de violência é a mais cruel,

por não permitir à vítima denunciar o fato, em virtude das ameaças verbais e físicas feitas pelo (a) agressor (a). Tais dados confirmam os resultados de Labrin (1998).

Constata-se que a violência revela práticas violentas e banalização, os sujeitos salientam a necessidade de que as relações interpessoais, entre a comunidade e os funcionários dos órgãos públicos, sejam redimensionadas, atentando para o conhecimento dos hábitos de comunicação e de relações sociais das pessoas que vivem em situações de risco, colaborando para o esclarecimento e apoio aos adolescentes.

Este trabalho aponta para a necessidade de estudos posteriores sobre a representação social que as pessoas em situação de risco têm dos funcionários públicos os quais estão a todo tempo lidando com as vítimas de violência..

Os resultados demonstram que os sujeitos conhecem de forma superficial o Estatuto da Criança e Adolescente, encontrando dificuldades para o cumprimento da Lei do ECA.

Os estudos de Saffioti (1988) sobre a imposição de poder do agressor sobre o agredido, afirmam a existência, nos casos de violência doméstica, do poder do agressor sobre os adolescentes agredidos. Mediante os dados observados fazem-se necessários estudos posteriores sobre a relação entre a banalização da violência na sociedade e a banalização da violência doméstica.

A divulgação de estudos sobre causas da violência - formas de prevenção e acompanhamento, tratamento de pessoas que praticam a violência, formas de monitoramento, de punição dos comportamentos de violência, bem como o acompanhamento dos envolvidos, poderá contribuir para a percepção de que o fenômeno da violência deve fazer parte do interesse de toda a sociedade, que poderá ser motivada a prevenir a violência e apoiar e acompanhar as pessoas agredidas.

Referências

ADORNO, S. *A experiência precoce da punição: o massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.

ALMEIDA, A. O.; CAMPOS, P. H. F.; RIBEIRO, A. S. M. Projeto Bem-Me-Quer. Relatório de pesquisa - crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica. Brasília: UNB, 2000.

- ALMEIDA, A. O.; RIBEIRO, A. S. M.; CAMPOS, P. H. F. Bem-estar, maus tratos e risco: da violência suposta à violência reconhecida. *Estudos - Vida e Saúde*. v. 28, n. 4, pp. 561-590. Goiânia: UCG, 2001.
- AZEVEDO, M. A. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de. A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- AZEVEDO, M. A. A pedagogia despótica e a violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, M. A.; MENIN, M. S. de. S. (Org.). *Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRASIL, *Ministério da Saúde*. Violência contra a criança e adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília: Gráfica do Senado, 1997.
- CAMPOS, P. H. F. Algumas reflexões acerca da violência contra crianças e adolescentes. In: ALMEIDA, A. M. O.; PULINO, L. H. C. (Org.). *Projeto Bem-me-Quer*, (p. 31-46). Brasília: UNB, 2000.
- DEJOURS, Cristophe A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro. FGV, 2001.
- DURKEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril, 1978.
- DOISE, W. , CLÉMENCE, A. ; LORENZI-CIOLDI, F. Représentations sociales et analyses de donnés. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1992.
- ECA/DF. *Estatuto da criança e adolescente*. Brasília: Gráfica do Senado.
- FALEIROS, V. de P. (1987). "A Fabricação do Menor". In: *Humanidades* (12): 5-15, Brasília: UnB, 1995.
- FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representação social* (pp. 31-62). Petrópolis: Vozes, 1994.
- GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representação social*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- IBGE. *Indicadores sociais: crianças e adolescentes*, nº 4, RJ, 1992.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Manual de Listagem. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, 1999.
- IMACH, S. C. Niños maltratados: análisis de los aspectos cognitivos através del WISC III. *Ridep*, n. 1, p. 53-63, 1999.
- JODELET, D. La representation social: fenômenos, conceito Y teoria. In: MOSCOVICI, S. (Org.). *Psicologia Social* (p. 58-72). Barcelona: Paidós, 1984.

- LABRÍN, J. B. *El Dolor invisible de la infancia: una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Barcelona: Piados, 1998.
- LIZO, C. V. L. P. Erros e negligência dos pais em relação aos cuidados de saúde do filho. In: STEINER, M. H. F. (Org.). *Quando a criança não tem vez. Violência e desamor*. São Paulo: Livraria Pioneira. Série cadernos e educação, 1986.
- LUCINDA, M. da C., NASCIMENTO, M. das G.; CANDAU, V. M. *Escola e Violência*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- MAGAGNIN, A. T. A construção do significado da adolescência pelos adolescentes de Brasília. *Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 1999*.
- MARQUES, M. A. B. (1994). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Petrópolis: Vozes.
- MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MOSCOVICI, S. (1961). *La Psychanalyse: son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France (Tradução Brasileira: Jorge Zahar.). 1978.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S. On social representation. In: FORGAS, J. P. (Org.). *Social Cognition*. London: Academic Press, 1981.
- MOSCOVICI, S. *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.
- OLIVEIRA, J. P. *A representação social da violência*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UCG, 2002.
- RIBEIRO, A. S. M. *ALCESTE: Análise quantitativa de dados textuais*. Apostila Universidade de Brasília, 2000.
- RODRIGUES, A. A.; CARVALHO, D. B. B. A violência doméstica contra crianças e adolescentes: análise do fenômeno no Distrito Federal. In: *Ser Social 2*, 57-84, 1998.
- SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAFFIOTI, H. I. B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglup1, 1988.
- SPINK, M. J. P. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, v.1, 1993.
- SPINK, M. J. P. *Representações sociais e práticas discursivas: a conversação como produção de sentido*. Comunicação apresentada no I Simpósio sobre Cognição Social. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, mimeografado, 1995.

WERTHEIN, J. Juventude, violência e cidadania. In: ALMEIDA, A. M. de. O. & PAULINO, L. H. C. (Org.). *Projeto Bem-Me-Quer*. Fórum de combate à violência. Brasília: Prática, 2000.

UNESCO - Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura (1988-1998).

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a infância. *Situação da Infância Brasileira*. Brasília, 2001.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G.; ALVITO, M. *Cidadania e Violência* (p. 10-23). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Apresentado ao Conselho Editorial em 7/03/2010 aprovado em 13/05/2010

